

Política econômica: balanço

Ao assumir a presidência, Juscelino herdou a difícil situação econômico-financeira dos governos Vargas e Café Filho. A superprodução do café, os déficits do Tesouro e perda do poder de compra das exportações formavam na época, segundo Carlos Lessa, um "quadro impressionante de desequilíbrios econômicos".

A política monetária instaurada procurava simultaneamente assegurar o crédito à expansão dos investimentos públicos e atenuar as conseqüências mais perturbadoras da inflação. O principal instrumento de combate à inflação foi a Instrução 135 da Sumoc, de 19 de julho de 1956, que restringiu o crédito bancário ao setor privado.

O Programa de Metas de Juscelino, destinado sobretudo a promover o desenvolvimento através de uma industrialização acelerada, teve um grande número de metas consideravelmente ultrapassado em relação aos objetivos previamente estipulados. Para a implementação desse programa foram criados grupos de trabalho subordinados ao Conselho de Desenvolvimento. Segundo Carlos Lessa, a consecução dos objetivos propostos pelo plano efetuou-se, graças a quatro peças básicas: a primeira consistiria no estímulo à entrada de capital estrangeiro, a segunda na ampliação da participação direta do setor público na formação interna do capital, a terceira na canalização de recursos privados para as áreas consideradas estratégicas e a quarta no tratamento do problema da estabilidade permitindo uma alta taxa de inflação - cerca de 20% ao ano.

Segundo M. Vitória Benevides, se a taxa de inflação atingida no período provocou, por um lado, distorções na estrutura de investimentos, por outro lado, funcionou como "inflação de lucros, como técnica de poupança forçada, ou melhor, técnica de confisco cambial". Entre os fatores inflacionários mais importantes, destacaram-se os gastos com o ritmo acelerado das obras, principalmente da construção de Brasília; o declínio dos preços dos produtos de exportação, a partir de 1955; a superprodução de café, que levava o governo a financiar os estoques invendáveis; os empréstimos ao setor privado através do Banco do Brasil, e o excesso de despesas públicas, sobretudo com reivindicações salariais sancionadas pelo Congresso em nível superior à possibilidade de crescimento da receita. Para Juscelino, era necessário no entanto aceitar o ônus da inflação já que esta poderia ser corrigida a longo prazo. A grande entrada de capital estrangeiro foi, no entanto, a principal fonte de oposição à política econômica de Juscelino, notadamente por parte da esquerda. De um lado, o mecanismo de proteção às manufaturas de origem nacional obrigava as empresas norte-americanas a investir diretamente no Brasil, a fim de não perderem o mercado. Do outro, o governo concedia isenções e privilégios, como a Instrução 113 da Sumoc - em vigor desde a administração Café Filho -, permitindo que aquelas empresas importassem bens de produção, sem cobertura cambial, enquanto negava o mesmo direito às brasileiras.

Entre 1955 e 1961 entraram no país 2.180 milhões de dólares e menos de 5% foi destinado a áreas fora das prioridades do governo. E, em 1958, o setor de meios de produção já contribuía com 55,5% para o conjunto da produção industrial

brasileira, superando o de bens de consumo. Entretanto, o processo de industrialização acelerou a desnacionalização da indústria, a transferência dos centros de decisão para fora do país. Os empresários nacionais, a fim de gozarem das mesmas vantagens que os estrangeiros, a eles se associavam, ampliando-lhes o poder de barganha frente ao governo.

Como a participação inicial do capital norte-americano para a execução do Plano de Metas era irrisória, o processo de aceleração industrial encontrou viabilidade na entrada de capitais europeus e japoneses. Entretanto, a entrada destes capitais, notadamente do alemão, fortaleceu no Brasil a área de resistência aos Estados Unidos, ao mesmo tempo que impeliu este país a incrementar os investimentos na indústria brasileira para manter e consolidar sua hegemonia. Assim, das 1.353 firmas registradas como brasileiras em 1958, mas com participação direta de capitais estrangeiros, 552 eram norte-americanas, sem contar aquelas onde este capital participava através de investidores de outra nacionalidade.

Segundo Carlos Lessa, a conclusão do Programa de Metas de certa forma coincidia com a finalização do longo processo de diversificação industrial atravessado, pela economia brasileira no contato do modelo de desenvolvimento por substituição de importações.

A média anual das emissões de papel-moeda, como porcentagem do produto interno bruto, foi, naquele quinquênio, de 1,99%. A proporção, entre as emissões e a despesa orçamentária aprovada desceu em média de 23,5% entre 1950 e 1955 para 15,8% entre 1956 e 1960.

O maior dinamismo da economia brasileira no período, pode ser avaliado mediante os números seguintes: na produção de cimento, o Brasil tornou-se auto-suficiente: produziu-se, em 1961, 4.680 mil toneladas, enquanto a produção em 1947 havia sido de 914 mil toneladas; a produção de aço em lingotes passou de 1,4 milhão de toneladas (1956) para 2,7 milhões de toneladas (1962); a produção de veículos automotores passou de 31.000 (1957) para 200.000 (1962); a capacidade instalada de geração de energia elétrica passou de 2,8 milhões de Kw (1954) para 5,8 milhões de Kw (1962); e a extensão de rodovias pavimentadas passou de 3.200 Km (1956) para 9.000 Km (1962).

Finalmente, de acordo com as estatísticas da FGV, o crescimento econômico de 1957 a 1960 chegou em média a quase 7,8% ao ano. Incluindo o ano de 1961, a média dos cinco anos subiu para 8,3% ao ano, cumulativos, indicando a forte aceleração do processo de crescimento econômico por que passou o país.

*Fonte: cpdoc-fgv/cdrom- Brasil Multimídia*